

Enel Green Power Parapanema S.A.

CNPJ: 23.842.003/0001-78

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power Paranapanema S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Paranapanema S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024.

Diretoria executiva	Descrição do cargo
Bruno Riga	Diretor-Presidente
Camilo Rebollo Couto	Diretor de Construção
Jayne Barg	Diretor de Operação e Manutenção
Vago	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Vago	Diretor de Compras

Relações com Investidores

Fábio Romanin

Contadora Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Enel Green Power Paranapanema S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Paranapanema S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Paranapanema S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ O92563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.874	3.316
Contas a receber de clientes	4	5.270	6.566
Outros tributos compensáveis		59	59
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	5	6.412	6.131
Outros créditos	6	2.411	807
Total do ativo circulante		<u>24.026</u>	<u>16.879</u>
<u>Ativo não circulante</u>			
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	5	140.540	140.513
Depósitos vinculados	11	10	10
Imobilizado	7	106.696	107.986
Intangível	8	1.551	1.599
Total do ativo não circulante		<u>248.797</u>	<u>250.108</u>
Total do ativo		<u>272.823</u>	<u>266.987</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2023	31.12.2022
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	9	11.381	12.400
Empréstimos e financiamentos	10	11.232	9.753
Salários, provisões e encargos sociais		317	396
Imposto de renda e contribuição social a pagar		165	274
Outras obrigações fiscais		189	190
Encargos setoriais		962	701
Dividendos a pagar	12	20.834	22.218
Outras obrigações		2.862	1.563
Total do passivo circulante		47.942	47.495
<u>Passivo não circulante</u>			
Provisão para processos judiciais	11	2	16
Total do passivo não circulante		2	16
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	12	162.568	162.568
Capital social (a integralizar)		(4.366)	(7.898)
Reserva legal		8.019	6.849
Reservas de lucros		58.658	41.988
Dividendos adicionais propostos		-	15.969
Total do patrimônio líquido		224.879	219.476
Total do passivo e do patrimônio líquido		272.823	266.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>Notas</u>	2023	2022
Receita líquida	13	39.552	38.895
Custo do serviço	14	(11.412)	(12.113)
Lucro bruto		28.140	26.782
Despesas operacionais	14		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(59)	10
Despesas gerais e administrativas		(1.984)	(1.395)
Total despesas operacionais		(2.043)	(1.385)
Resultado do serviço		26.097	25.397
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		477	335
Despesas financeiras		(1.536)	(1.796)
Total do resultado financeiro		(1.059)	(1.461)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		25.038	23.936
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(1.641)	(1.523)
		(1.641)	(1.523)
Lucro líquido do exercício		23.397	22.413
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	12	0,14	0,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	23.397	22.413
Total de outros resultados abrangentes do exercício	23.397	22.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Proposta para distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
	Capital subscrito	(-) a integralizar	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	162.568	(15.000)	5.728	41.988	16.895	-	212.179
Integralização de capital	-	7.102	-	-	-	-	7.102
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	22.413	22.413
Aprovação da proposta de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(16.895)	-	(16.895)
Proposta para destinação do resultado							
Reserva legal	-	-	1.121	-	-	(1.121)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(5.323)	(5.323)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	15.969	(15.969)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	162.568	(7.898)	6.849	41.988	15.969	-	219.476
Integralização de capital	-	3.532	-	-	-	-	3.532
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.397	23.397
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(15.969)	-	(15.969)
Proposta para destinação do resultado							
Reserva legal	-	-	1.170	-	-	(1.170)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(5.557)	(5.557)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	16.670	-	(16.670)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	162.568	(4.366)	8.019	58.658	-	-	224.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	23.397	22.413
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	59	(10)
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	1.479	1.235
Depreciação e amortização	4.465	5.387
Atualização de processos judiciais	(1)	63
Atualização do ativo financeiro da concessão	(6.648)	(7.984)
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.641	1.523
Provisões para processos judiciais	(12)	(626)
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes	1.237	(669)
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	6.340	6.064
Serviços em curso	-	-
Outros créditos	(1.604)	(35)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(1.019)	(457)
Salários, provisões e encargos sociais	(79)	(112)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(95)	(3.330)
Outras obrigações fiscais	(1)	(269)
Encargos setoriais	261	198
Outras obrigações	1.299	1.241
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.655)	1.651
Pagamentos de processos judiciais	(1)	(15)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	29.063	26.268
Atividades de investimentos:		
Adições para imobilizado e intangível	(3.127)	(18.569)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(3.127)	(18.569)
Atividades de financiamentos:		
Aumento de capital	3.532	7.102
Pagamento de dividendos	(22.910)	(12.762)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(19.378)	(5.660)
Varição no caixa líquido da Companhia	6.558	2.039
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.316	1.277
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	9.874	3.316

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power Paranapanema S.A. (“Companhia”) foi constituída 14 de dezembro de 2015, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hídrica, o que ocorreu em 2016.

A Companhia explora o potencial hidráulico de 31,5 MW da UHE Paranapanema, no município de Piraju, estado de São Paulo, cujo termo final da concessão está previsto para 5 de janeiro de 2036, e está contemplada no Contrato de Concessão de Geração nº 05/2016, com vigência até 30 de dezembro de 2045, em regime alocação de cotas de garantia física e potência.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1) e o Pronunciamento Contábil CPC 26 (R1) para divulgação das políticas contábeis que, a partir de 1º de janeiro de 2023, exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais” em vez de “significativas”.

Estas alterações não resultaram em nenhuma mudança relevante, veja nota explicativa 2.4. A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 14 de março de 2024.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2023.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizadas pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50 – Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Divulgação de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	Reforma tributária internacional - Regras modelo do pilar dois	23 de maio de 2023

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, foram avaliadas e não se espera impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – instrumentos financeiros: evidenciação	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
<u>CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio</u>	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint venture</i>	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

- Nota 4 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota 8 – Intangível;
- Nota 10 – Provisão para processos judiciais, e
- Nota 18 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (nota explicativa nº 18). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e contas correntes bancárias	9.874	162
Aplicações financeiras		
Operações compromissadas	-	3.154
Total	9.874	3.316

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (mais detalhes na nota explicativa nº 17). Os investimentos em Operações Compromissadas foram remunerados, em média, a 80% do CDI em 31 de dezembro de 2022.

4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	Vencidos	Total	Total
		mais de 90 dias	31.12.2023	31.12.2022
Mecanismo de curto prazo - MCP	78	462	540	1.964
Suprimentos de Energia - ACR - Ambiente de Contratação Regulado	2.881	246	3.127	2.675
Contas a receber - partes relacionadas (nota 16)	914	816	1.730	1.995
	<u>3.873</u>	<u>1.524</u>	<u>5.397</u>	<u>6.634</u>
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(127)	(127)	(68)
Total	<u>3.873</u>	<u>1.397</u>	<u>5.270</u>	<u>6.566</u>

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas:

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP) e, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adição	Reversão	31.12.2023
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(68)	(612)	553	(127)
Total	(68)	(612)	553	(127)

	31.12.2021	Adição	Reversão	31.12.2022
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(78)	(16)	26	(68)
Total	(78)	(16)	26	(68)

5. Ativo financeiro – contas a receber vinculados à concessão

A Companhia firmou em 5 de janeiro de 2016, por 30 anos, contrato de concessão em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, no montante de R\$ 132.738, fixados pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 18/09/2015 e no Edital do Leilão Aneel nº 12/2015.

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração - GAG e do Retorno da Bonificação pela Outorga - RBO, os quais compõe a remuneração da Companhia, denominada de Receita Anual de Geração - RAG.

Em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, a Companhia, tendo sua contabilização embasada pelo ICPC 01, classificou o montante a receber da Bonificação pela Outorga como ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente. Esse ativo não possui um mercado ativo, apresenta fluxo de caixa fixo determinável, e, portanto, foi classificado como “empréstimos e recebíveis”, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo posteriormente mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo do início do exercício	146.644	144.724
Atualização financeira do bônus da concessão	6.648	7.984
Amortização do bônus da concessão	(6.340)	(6.064)
Saldo do final do exercício	146.952	146.644
Circulante	6.412	6.131
Não circulante	140.540	140.513

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



6. Outros créditos

	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamentos a empregados	32	22
Adiantamentos a fornecedores	183	146
Estoque	825	339
Contas a receber - partes relacionadas	204	105
Programa de pesquisa e desenvolvimento (P&D)	1.167	195
Total	2.411	807

7. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado nos exercícios de 2023 e 2022:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adição	Depreciação / amortização	Transferência	31.12.2023
Imobilizado em serviço					
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	69.808	-	-	-	69.808
Reservatórios, barragens e adutoras	21.167	-	-	17.085	38.252
Veículos	853	-	-	-	853
	91.828	-	-	17.085	108.913
Depreciação acumulada					
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(2.195)	-	(2.864)	-	(5.059)
Reservatórios, barragens e adutoras	(3.919)	-	(1.419)	-	(5.338)
Veículos	(398)	-	(115)	-	(513)
	(6.512)	-	(4.398)	-	(10.910)
Imobilizado em curso					
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	393	-	-	-	393
Máquinas e equipamentos	22.277	3.108	-	(17.085)	8.300
	22.670	3.108	-	(17.085)	8.693
Total do imobilizado	107.986	3.108	(4.398)	-	106.696

	31.12.2021	Adição	Depreciação / amortização	Transferência	31.12.2022
Imobilizado em serviço					
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	4.721	-	-	65.087	69.808
Reservatórios, barragens e adutoras	20.870	-	-	297	21.167
Veículos	853	-	-	-	853
	26.444	-	-	65.384	91.828
Depreciação acumulada					
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(106)	-	(2.089)	-	(2.195)
Reservatórios, barragens e adutoras	(972)	-	(2.947)	-	(3.919)
Veículos	(128)	-	(270)	-	(398)
	(1.206)	-	(5.306)	-	(6.512)
Imobilizado em curso					
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	393	-	-	-	393
Máquinas e equipamentos	69.857	18.550	-	(66.130)	22.277
	70.250	18.550	-	(66.130)	22.670
Total do imobilizado	95.488	18.550	(5.306)	(746)	107.986

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados são as seguintes:

Administração	%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%
Veículos	20,00%

8. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica de origem hídrica, durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	31.12.2023			31.12.2022
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	1.518	(176)	1.342	1.400
Custo incremental	244	(35)	209	199
Total	1.762	(211)	1.551	1.599

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Total
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.724	(63)	1.661	1.661
Adição	19	-	19	19
Amortização	-	(81)	(81)	(81)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.743	(144)	1.599	1.599
Adição	19	-	19	19
Amortização	-	(67)	(67)	(67)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.762	(211)	1.551	1.551

As taxas de amortização do ativo intangível são as seguintes:

Administração	%
Direito de uso da concessão	3,08%
Custo incremental	3,57%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



9. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	31.12.2023	31.12.2022
Compra de Energia	40	1.481
Encargo de Uso da Rede	307	344
Total energia	347	1.825
Materiais e serviços	2.455	2.055
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota 16)	8.579	8.520
Total materiais e serviços	11.034	10.575
Total	11.381	12.400

10. Empréstimos e financiamentos

	31.12.2023			31.12.2022		
	Circulante			Circulante		
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas - (nota 16)						
Enel Brasil - Mútuo	8.153	3.079	11.232	8.153	1.600	9.753
Total	8.153	3.079	11.232	8.153	1.600	9.753

A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda nacional
	Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.518
Encargos provisionados	1.235
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.753
Encargos provisionados	1.479
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.232

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia	31.12.2023
Enel Brasil - Mútuo	8.153	07/06/21	07/06/24	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	8.153	Capital de Giro	Não	11.232

As linhas de empréstimos contratadas não estão sujeitas a cláusulas de *covenants* financeiros.

11. Provisão para processos judiciais

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Decisão STF – Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 30 de dezembro de 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

11.1 Contingência com risco provável

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	31.12.2022	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2023
Trabalhistas	16	9	(21)	(1)	(1)	2
Total	16	9	(21)	(1)	(1)	2

	31.12.2021	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2022
Trabalhistas	18	23	(18)	8	(15)	16
Cíveis	576	-	(631)	55	-	-
Total	594	23	(649)	63	(15)	16

Trabalhistas:

Processos de natureza trabalhista, que pleiteiam responsabilidade subsidiária da Companhia, envolvendo pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, entre outros.

Cíveis

Processos de natureza Cível que discute ações ajuizadas por/contra ex-fornecedores, ou ações de ressarcimento em geral, bem como ações envolvendo temas regulatórios.

11.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhistas	3.113	2.097
Total	3.113	2.097

Os processos são de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda.

11.3 Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhistas	10	10
Total	10	10

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os depósitos judiciais foram atualizados pela poupança (TR + 0,5% a.a.), a taxa de 2,26% a.a. (taxa de 2,12% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social

O capital social é de R\$ 162.568, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, parcialmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	162.567.500	100,00%	162.567.500	100,00%
Total	162.567.500	100,00%	162.567.500	100,00%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu da sua controladora, Enel Brasil S.A., o montante de R\$ 3.532 (R\$ 7.102 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022) referente a integralização de capital.

12.2 Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

12.3 Reserva estatutária

Conforme artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, o lucro remanescente (após destinações a reserva de legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinada a formação de reserva para reforço de capital de giro, observado o disposto no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. Tal reserva trata-se de reserva estatutária com as seguintes características: (i) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da Companhia; (ii) será destinado à Reserva para Reforço de Capital de Giro o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após a constituição de reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% e constituição de reservas de lucros previstas no estatuto da Companhia e proposta pela Administração; (iii) a Reserva para Reforço de Capital de Giro deverá observar o limite previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) a reserva poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre o

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



capital próprio aos acionistas. A Assembleia Geral Extraordinária de 3 de julho de 2023 da Companhia deliberou e aprovou a distribuição de dividendos adicionais do saldo constante na reserva para reforço de capital de giro, no montante de R\$15.969, pagos de forma integral dentro do exercício de 2023.

12.4 Dividendos

A movimentação dos dividendos no exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 se encontra detalhada abaixo:

	Efeito não caixa		Efeito caixa		
	31.12.2022	Dividendos adicionais propostos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	31.12.2023
Dividendos a pagar	22.218	15.969	5.557	(22.910)	20.834

	Efeito não caixa		Efeito caixa		
	31.12.2021	Dividendos adicionais propostos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	31.12.2022
Dividendos a pagar	12.762	16.895	5.323	(12.762)	22.218

12.5 Distribuição de resultado

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	23.397	22.413
(-) Reserva legal	(1.170)	(1.121)
Lucro ajustado	22.227	21.292
Dividendo mínimo obrigatório	(5.557)	(5.323)
Dividendo adicional proposto	-	(15.969)
Reserva para reforço de capital de giro	(16.670)	-
	-	-

Em 3 de julho de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo: constituição de reserva legal no montante de R\$ 1.121, distribuição aos acionistas o montante de R\$ 5.323 na forma de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 15.969 na forma de dividendos adicionais propostos.

12.6 Resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas durante o exercício.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	23.397	22.413
Número de ações	162.567.500	162.567.500
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	0,14	0,14

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece um modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

Receita de atualização da bonificação de outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e, portanto, sua contabilização embasada no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende ao conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, além disso, é classificado como “custo amortizado”, inicialmente estimado com base no respectivo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos, e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

	2023	2022
Suprimento de energia elétrica	31.933	30.385
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas (nota 16)	10.764	9.489
Atualização do bônus de concessão	6.648	7.984
Amortização do bônus de concessão	(6.340)	(6.064)
	43.005	41.794
<u>Deduções da receita</u>		
Cofins	(1.480)	(1.436)
Pis	(321)	(311)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (“CFURH”)	(1.122)	(632)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(392)	(370)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(138)	(150)
	(3.453)	(2.899)
Total	39.552	38.895

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	2023				2022			
	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(1.967)	-	(341)	(2.308)	(1.848)	-	(319)	(2.167)
(-) Capitalização dos custos de pessoal	100	-	-	100	132	-	-	132
Provisão de processos judiciais e outros	-	-	12	12	-	-	626	626
Material	(291)	-	(10)	(301)	(320)	-	(58)	(378)
(-) Capitalização dos custos de material	35	-	-	35	39	-	-	39
Serviços de terceiros	(1.954)	-	(225)	(2.179)	(1.367)	-	(377)	(1.744)
Serviços de terceiros partes relacionadas (nota 16)	-	-	(1.204)	(1.204)	-	-	(1.048)	(1.048)
Energia elétrica comprada para revenda	(752)	-	-	(752)	(1.082)	-	-	(1.082)
Encargos de uso de rede elétrica	(1.721)	-	-	(1.721)	(1.941)	-	-	(1.941)
Depreciação e amortização	(4.465)	-	-	(4.465)	(5.387)	-	-	(5.387)
Aluguéis e arrendamentos	(34)	-	-	(34)	-	-	-	-
Transporte de potência de energia	2	-	-	2	118	-	-	118
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(59)	-	(59)	-	10	-	10
Seguros	(365)	-	-	(365)	(459)	-	-	(459)
Outras receitas (despesas)	-	-	(216)	(216)	2	-	(219)	(217)
Total	(11.412)	(59)	(1.984)	(13.455)	(12.113)	10	(1.395)	(13.498)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	424	125
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	-	13
Juros e atualização monetária de mercado curto prazo	-	76
Outras variações cambiais	49	121
Outras receitas financeiras	4	-
	477	335
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(1.479)	(1.235)
Variação monetária	(21)	(41)
Atualização de impostos e multas	(6)	(17)
Atualização de provisão para processos judiciais	1	(63)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(28)	(35)
Despesas bancárias	-	(22)
Outras variações cambiais	(1)	-
Outras despesas financeiras	(2)	(383)
	(1.536)	(1.796)
Total	(1.059)	(1.461)

16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2023	2022
Receita de suprimento de energia elétrica	49.345	47.858
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	3.948	3.829
Rendimento de aplicações financeiras	424	125
Outras receitas financeiras	4	89
Total base de cálculo	4.376	4.043
Alíquota do imposto de renda (15%)	(656)	(607)
Alíquota do imposto de renda adicional (10%)	(414)	(380)
Total do imposto de renda	(1.070)	(987)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	5.921	5.743
Rendimento de aplicações financeiras	424	125
Outras receitas financeiras	4	89
Total base de cálculo	6.349	5.957
Alíquota da contribuição social (9%)	(571)	(536)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.641)	(1.523)

17. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

17.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da transação	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Passivo	Passivo	Despesa	Despesa
Mútuo	Novembro de 2020 a dezembro de 2039	(11.263)	(9.753)	(1.479)	(1.235)
Compartilhamento de despesas comuns	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(8.769)	(7.393)	(1.204)	(1.048)
Dividendos	Até dezembro de 2024	(20.834)	(16.895)	-	-
Total		(40.866)	(34.041)	(2.683)	(2.283)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17.2 Empresas em controle em comum

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita	Receita (Despesa)
Compra e venda de energia		1.076	1.130	10.975	9.489
Enel Trading Brasil		386	663	4.668	2.302
Enel Green Power Cabeça de Boi S.A		-	(99)	99	-
Enel Green Power Fazenda		-	(112)	112	-
Celg Distribuição S.A. Celg D.		-	-	-	1.287
Enel Distribuição Ceará (Coelce)	Até o final da concessão	104	100	1.204	1.140
Enel Distribuição São Paulo (Eletropaulo)		334	322	3.895	3.757
Ampla Energia E Servicos S.A.		88	92	997	1.003
Enel Green Power Cachoeira Dourada - CDSA		164	164	-	-
Compartilhamento das despesas comuns		(818)	-	(211)	-
Enel Green Power Cabeça Boi S.A		(112)	-	(99)	-
Enel Green Power Mourão S.A		21	-	-	-
Enelpower do Brasil Ltda.		(1)	-	-	-
Enel Green Power Fazenda		-	-	(112)	-
Isamu Ikeda Energia S.A		(321)	-	-	-
Quatiara Energia S.A	Janeiro de 2022 a dezembro 2026	201	-	-	-
Enel Green Power Brasil Participações Ltda.		1	-	-	-
Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.		(97)	-	-	-
Enel Green Power Salto Apiacas S.A		(322)	-	-	-
Apiacas Energia S.A		(190)	-	-	-
Enel Green Power Paranapanema S.A		2	-	-	-
Outras contas a receber/ a pagar		-	(707)	-	-
Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.		-	(97)	-	-
Quatiara Energia S.A		-	107	-	-
Isamu Ikeda Energia S.A	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	-	(321)	-	-
Enel Green Power Cabeça Boi S.A		-	(14)	-	-
Enel Green Power Mourão S.A		-	16	-	-
Enel Green Power Fazenda		-	112	-	-
Apiacas Energia S.A		-	(187)	-	-
Salto Apiacas S.A.	Julho de 2019 a junho de 2037	-	(322)	-	-
Enel Green Power Salto Apiacas S.A		-	(1)	-	-
Suporte Operacional		(965)	(1.013)	-	-
Enel Green Power Spa GLO	Janeiro de 2021 até o término dos serviços	(965)	(1.013)	-	-
Total		(707)	(590)	10.764	9.489

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruitoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Mútuos: As operações de mútuos foram contratadas conforme as necessidades de capital de giro das mutuárias e disponibilidade de capital da mutuante.

Outras contas a pagar: Saldo a pagar para as parceiras do grupo referente a despesas pagas por essas parceiras em nome das geradoras.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv) participação na execução do projeto; v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2023 e 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

Categoria	Nível	31.12.2023		31.12.2022		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	9.874	9.874	3.316	3.316
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	5.270	5.270	6.566	6.566
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	10	10	10	10
			15.154	15.154	9.892	9.892
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	11.381	11.381	12.400	12.400
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	11.232	11.266	9.753	9.491
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	20.834	20.834	22.218	22.218
			43.447	43.481	44.371	44.109
Total			58.601	58.635	54.263	54.001

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

18.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais).

18.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis, além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, ambas atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
CDI	592	711	119	827	235
Total	592	711	119	827	235

18.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

Contas a receber

A administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



18.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da *Holding* do grupo (Enel Spa) que, por meio da *Enel Finance International (EFI)*, poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

18.5 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

18.6 Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	11.232	9.753
Dívida	11.232	9.753
Caixa e equivalentes de caixa	(9.874)	(3.316)
Dívida líquida	1.358	6.437
Patrimônio líquido	224.879	219.476
Índice de endividamento líquido	1%	3%

19. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/23	31/10/24	298.235	5.330.451
Responsabilidade civil geral	31/10/23	31/10/24	n/a	1.260.750
Responsabilidade civil de administradores	10/11/23	10/11/24	n/a	77.618
Riscos ambientais	31/10/23	31/10/24	n/a	106.609
Frota	28/09/23	28/09/24	n/a	-

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.